

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES DA PUC GOIÁS: UM PROJETO POLÍTICO EM CONSTRUÇÃO

*TEACHER TRAINING SCHOOL AND HUMANITIES FROM PUC GOLÁS:
a political project under construction*

*ESCUELA DE FORMACIÓN DE PROFESORES Y HUMANIDADES
DESDE PUC GOLÁS: un proyecto político bajo construcción*

Romilson Martins Siqueira *

RESUMO

O texto que se segue retrata o Projeto da Escola de Formação de Professores e Humanidades (EFPH) da PUC Goiás como experiência formativa do Projeto Institucional para Formação dos Profissionais da Educação. Articula formação inicial-formação continuada e docência-gestão, bem com um conjunto de vivências curriculares que primam pela pesquisa, pela produção do conhecimento, pela flexibilização curricular e pela articulação teoria-prática. O Projeto da EFPH, além de ser expressão daquilo que apregoa a Resolução 02/2015, contribui para ampliar as políticas para formação e valorização dos profissionais da Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores; Projeto Institucional; compromisso político.

ABSTRACT

The following text presents the project of the Training School for Teachers and Humanities (EFPH) of PUC-Goiás as a formative experience of the Institutional Project for Training Education Professionals. It articulates initial-continuing education and teaching-management, as well as a set of curricular experiences that excel at research, knowledge production, curricular flexibility and theory-practice articulation. The EFPH project, besides expressing the aims of the Resolution 02/2015, contributes to broaden the policies for the formation and valorization of the Education professionals.

KEYWORDS: Teacher training; Institutional Project; Political commitment.

RESUMEN

El siguiente texto retrata el Proyecto de la Escuela de Formación de Profesores y Humanidades de la PUC Goiás como una experiencia formativa del Proyecto Institucional para la Formación de Profesionales de la Educación. Articula la Formación inicial - educación continuada y enseñanza-gestión, así como un conjunto de experiencias curriculares que se destacan por la investigación, hacia la producción de conocimiento, flexibilidad curricular y articulación teórico-práctica. El Proyecto de la EFPH, además de ser una expresión de lo que proclama la Resolución 02/2015, contribuye a ampliar las políticas para la formación y valorización de los profesionales de la educación.

PALABRAS CLAVE: Formación de profesores; Proyecto Institucional; compromiso político.

Introdução

A formação docente é concebida nas legislações mais recentes como uma tarefa social, historicamente situada, comprometida com a maioria da população e com as questões relevantes da sociedade e da educação em todos os níveis. Pressupõe que a preparação para um pensamento científico crítico deve ser centrada na unidade teoria-prática como alternativa pedagógica, na denúncia dos problemas sociais e no estímulo à capacidade de propor mudanças. A formação inicial e continuada dos professores, tanto da educação básica, como da educação superior, deve ser considerada de forma integrada, desenvolvendo-se, além de uma base teórica, pesquisas, metodologias e práticas que contribuam para uma educação de qualidade e para a melhoria das condições de vida da população. (VALLE, 2007, p. 117)

O presente trabalho tem por finalidade explicitar os pressupostos, os princípios e as práticas do Projeto Institucional¹ da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) para a formação dos profissionais da Educação. Mais do que um relato de experiência ou uma reflexão analítica da problemática que se coloca no campo da formação de professores, busca-se

¹ Na PUC Goiás, esse Projeto é denominado Projeto Pedagógico da EFPH.

aqui ser fiel ao desenho que orienta esse Projeto Institucional e à sua lógica de exposição e organização.

O Projeto Pedagógico da Escola de Formação de Professores² (EFPH) é resultado do compromisso que a PUC Goiás, por meio de sua gestão, tem de fortalecer as licenciaturas no estado de Goiás e de se constituir *locus* da formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Básica. Trata-se, sobretudo, de uma opção estratégica, política e inovadora que expressa um esforço institucional em garantir os preceitos que orientam a Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015, particularmente no que se refere à consolidação de um Projeto Institucional para as Licenciaturas (DOURADO, 2015). Sua materialização articula princípios e práticas de gestão e revela seu compromisso social com a formação dos profissionais da Educação.

Do ponto de vista institucional, a construção desse Projeto partiu de algumas problemáticas que nortearam os debates: como romper com a cultura dos departamentos isolados e constituir uma Escola de Formação de Professores? Que princípios, concepções e eixos comuns sustentariam um Projeto único para todas as licenciaturas parte dessa Escola? Como fortalecer uma cultura acadêmica pautada na relação entre teoria-prática, ensino-pesquisa-extensão, docência-gestão e formação inicial-formação continuada? Como atender às diretrizes para formação de professores sem, contudo, perder a especificidade e a historicidade da formação de professores na PUC Goiás?

Portanto, o Projeto Pedagógico da EFPH é síntese de um amplo processo de debate e construção coletiva entre discentes e docentes da graduação e pós-graduação. Reafirma a centralidade da formação em uma perspectiva ampliada de docência³ e de gestão, com fundamento em pressupostos que garantem uma sólida base humanística, estética, política, acadêmico-científica, pedagógica e cultural.

² O texto deste artigo constitui-se como parte das reflexões e proposições do Projeto Pedagógico da EFPH, aprovado em 2014.

³ “A docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo” (Resolução 02/2015).

A formação de professores na PUC Goiás: historicidade do tema

A construção de um projeto institucional para formação de professores na PUC Goiás não é recente. Um primeiro destaque a ser considerado é ao papel histórico dessa instituição quanto ao seu compromisso com a qualificação dos projetos dos cursos de licenciatura e a defesa da qualidade da Educação Básica. Como vanguardista, a PUC Goiás, junto com outras universidades brasileiras, sempre esteve à frente de grandes projetos nacionais que implicaram recolocar o debate da formação de professores como objeto de Política Pública prioritária.

Nas décadas de 1980 e 1990, registram-se intensos debates em torno dos processos de lutas sociais pela redemocratização do país, com forte incidência no projeto educacional brasileiro, pautado pelo reordenamento do papel do Estado e da Educação. Em meio às lutas dos movimentos sociais, destacava-se a defesa pela ampliação do direito à educação gratuita de qualidade, em todos os níveis e modalidades, e o fortalecimento da cidadania como condição humana e política. Esse sentido orientou a compreensão da Educação como ato político e a formação de professores como condição necessária para a concretização deste pressuposto:

[A] educação é, pois, o ato, o trabalho de homens de todos os tempos e lugares que, ao criarem a existência socioeconômica e política, as formas de vida religiosa, as letras, as artes, a filosofia, as ciências e a tecnologia, procuram realizar a humanidade de todos os homens, submetem ao domínio da razão os instintos, a prepotência, o individualismo, as necessidades, os interesses, o imediatismo do mundo e da existência social, a possibilidade da selvageria e da barbárie. É inseparável dessa concepção e desse processo a ideia de que os indivíduos, o gênero humano, a sociedade e as instituições podem, têm condições e precisam se elevar sempre mais, num permanente movimento de passagem do mundo natural ao universo da cultura, da racionalidade, da autonomia, da liberdade e da ética. Como atividade eminentemente humana, portanto sociopolítica, a educação é bem mais ampla, complexa, significativa e importante do que a escola, pois envolve a ação de educadores e educandos, sujeitos em movimento de reconhecimento e afirmação de si mesmos, de sua racionalidade, autonomia e liberdade. A educação, que tem como objeto a formação de seres humanos, de sujeitos, por meio de complexas relações sociopolíticas, culturais e educativas, é parte do trabalho de

emancipação humana, de superação dos preconceitos, do senso comum, da banalização (COELHO, 2012, p. 328).

O sentido ampliado de Educação e de escola orientou a Universidade em sua opção pela docência, com base em uma postura teórica e política. Assim, os licenciados deveriam ser formados para atuar nos espaços educacionais intra e extraescolares, na medida em que

a educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano. A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal (LIBANEO, 2001, p. 7).

Orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP n.1, de 18 de fevereiro de 2002), em 2004, a PUC Goiás produziu o documento Diretrizes do Programa de Formação de Professores, que à época subsidiou uma profunda reformulação em seus cursos de licenciatura, atendendo a uma perspectiva inovadora e crítica, sem desconsiderar as determinações legais que regulavam a formação de professores no país. Defendia-se uma compreensão ampliada do campo de trabalho dos profissionais da Educação, que requeria capacitação para atuar nas áreas específicas como professores e para desempenhar as funções de assessoria, coordenação, gestão e pesquisa nas escolas, nos sistemas de ensino e demais ambientes educativos, como os movimentos sociais e os espaços de educação não formal. Para tanto, a PUC Goiás tomou como pressuposto formativo a pesquisa na formação discente e a articulação entre graduação e pós-graduação⁴. Essa experiência culminou no Programa de Formação de Professores, cuja execução foi acompanhada e avaliada pelo Colegiado das Licenciaturas dessa Instituição.

Passados 15 anos, a PUC Goiás é instada a repensar seu projeto de formação de professores, tendo em vista alguns contingentes: a) o cumprimento da Legislação Nacional a partir da Resolução n. 02, de 1º de julho de 2015; b) a implementação de projetos integrados de formação dos profissionais da

⁴ Os discentes cursavam três anos e meio de Graduação e a Pós-Graduação *Lato Sensu* em seis meses.

Educação, a fim de atender a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica com base na Lei n. 12.014, de 2009; c) o novo cenário posto às licenciaturas da PUC Goiás com a implementação do Vestibular Social⁵, que, além de revigorar a demanda dos candidatos aos cursos de formação de professores, contribui, também, para repensar o perfil e a identidade dos ingressantes nesses cursos.

Mais recentemente, em 2014, as licenciaturas dessa IES passam também por um novo reordenamento institucional: a implementação do Projeto Escolas⁶ na PUC Goiás. Como se percebe, a formação dos profissionais da Educação tem sido uma opção política e estratégica da PUC Goiás para a formação inicial e continuada e qualificação das redes de ensino. Destaca-se, ainda, que, no novo Projeto Institucional da PUC Goiás, os cursos de licenciatura se articulam aos cursos tecnológicos⁷, com o objetivo de preparar seus egressos para atuarem na docência, em ações de representação da categoria, do funcionamento de sistemas de ensino e dos movimentos sociais e de entidades científicas e de pesquisa que tenham relação direta e/ou indireta com a formação do cidadão e com a produção do conhecimento.

UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA EM IMPLEMENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico da EFPH articula novas experiências de gestão e formação, alinhando a) a primeira e a segunda licenciaturas e a *lato sensu* em Residência Docente; b) uma proposta de formação que integra as experiências dos cursos de licenciatura (modulares e não modulares) e dos

⁵ A Política do Vestibular Social na PUC Goiás concebe o ingresso à Universidade como uma possibilidade de democratização do acesso ao conhecimento, que é historicamente produzido por todos, por meio da concessão de bolsas. A partir de 2010, com a implantação do vestibular social, houve um fortalecimento dos cursos de licenciaturas. Hoje, mais de 90% dos seus alunos são contemplados com a referida bolsa.

⁶ Nesse novo perfil institucional, as licenciaturas passam a ser oferecidas na interseção de três Escolas, porém, sob as bases de um único Projeto de Formação de Professores: Escola de Formação de Professores e Humanidades (EFPH): Educação Física, Filosofia, Geografia, História, Letras, Pedagogia, Ciências da Religião; Escola de Ciências Exatas e da Computação (ECEC): Física, Matemática e Química; e Escola de Ciências Agrárias e Biológicas (ECAB): Ciências Biológicas.

⁷ Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: *Secretaria Escolar*; Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: *Alimentação Escolar*; Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: *Infraestrutura Escolar*; Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: *Multimeios Didáticos*.

cursos tecnológicos. Essas experiências estão ancoradas em sólida formação teórica e alicerçada no ensino, na pesquisa, na pós-graduação e na extensão. Para Dourado (2015, p. 305), um Projeto Institucional para as licenciaturas requer como eixo uma concepção formativa e indutora de desenvolvimento institucional que redimensiona a formação desses profissionais a partir de concepção de docência que inclui o exercício articulado nos processos ensino e aprendizagem e na organização e gestão da educação básica.

Desse modo, a materialização do Projeto Pedagógico da EFPH prevê a organização curricular e as experiências acadêmico-científicas a partir de dois campos que se articulam: comuns e específicos. Esses campos se fortalecem a) pela inovação curricular que agrega estratégias metodológicas diferenciadas; b) pela flexibilização curricular mediante a oferta de disciplinas eletivas; c) pelo exercício da interdisciplinaridade no desenvolvimento das atividades acadêmicas ao longo do curso; d) pela articulação e verticalização dos estudos da graduação, pós-graduação e extensão; e) pelo rigor científico nos processos acadêmicos (pesquisa, registro, sistematização, documentação e socialização do conhecimento).

A organização do campo comum, com base no qual todos os cursos (licenciaturas ou tecnólogo) devem organizar suas matrizes curriculares, não concorre com os Núcleos⁸ de Formação expostos na Resolução 02/2015, mas, acima de tudo, busca verticalidade e identidade à formação a partir dos próprios Núcleos. O Quadro 1 apresenta os componentes do campo curricular comum dos Fundamentos Gerais da Docência, das Linguagens e Comunicação e da Formação em Humanidades e suas respectivas disciplinas, além dos Estudos interdisciplinares.

Quadro 1: Campo Curricular e respectivas disciplinas

Campo Curricular	Disciplinas
Fundamentos Gerais da Docência (FGD): Fundamentos e processos que permitem aos professores a compreensão da docência e suas interfaces com as teorias da Educação, a compreensão da escola e suas formas de organização política, social, educativa e o reconhecimento dos sujeitos e seus processos de aprendizagem e desenvolvimento.	Fundamentos da Educação Escolar
	Psicologia da Educação I
	Políticas Educacionais
	Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico
	Didática e Formação de Professores I
	Educação e Tecnologias

⁸ São três os núcleos: I- Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais; II- Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional; III- Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES DA PUC GOIÁS:
Um projeto político em construção

Linguagens e Comunicação (LC): Orienta a formação de professores em seus processos de aprimoramento das linguagens e da comunicação numa perspectiva crítica, com ênfase na leitura e escrita.	Leitura e Produção de Textos
	Libras
	Organização do Trabalho Acadêmico
Formação em Humanidades (FH) - Formação de professores em uma perspectiva humanística alicerçada nas dimensões filosófica, ética, estética, social, política e religiosa.	Sociologia e Educação
	Filosofia e Educação
	Religião, Cultura e Educação
Estudos Interdisciplinares (EI) - Orienta a formação de professores com base em uma perspectiva interdisciplinar a partir das disciplinas eletivas oferecidas pelos diferentes cursos de Licenciaturas	

Fonte: Projeto Pedagógico da EFPH (2014)

Assim como o campo comum, há também no Projeto de Formação de Professores o campo específico, que dá tessitura ao perfil do profissional de acordo com as exigências de cada identidade profissional e que se organiza em campos curriculares da Formação Específica e da Formação específica articulada e respectivas disciplinas, do Projeto integrador e respectiva metodologia, conforme o Quadro 2 explicita:

Quadro 2: Campo Curricular Específico e Respectivas Disciplinas/Metodologia

Campo Curricular	Disciplinas/ Metodologia
Formação Específica (FE): Orienta a formação e atuação de professores com centralidade na especificidade dos campos do conhecimento disciplinar.	Disciplinas Específicas dos Cursos
Formação Específica Articulada (FEA): Articula disciplinas específicas entre alguns cursos com o propósito de garantir a obtenção do título de segunda licenciatura ou aproveitamento de disciplinas na modalidade optativa.	Disciplinas comuns entre cursos afins
Projeto Integrador (PI): Articula as Práticas como Componente Curricular Orientada (PCCO) em Atividades Externas das Disciplinas (AED ⁹)	perspectiva interdisciplinar ¹⁰

Fonte: Projeto Pedagógico da EFPH (2014)

⁹ As AED constituem-se como estratégias didático-pedagógicas instituídas pela PUC Goiás e regulamenta que todas as disciplinas devem garantir 10% de sua carga horária para a realização de atividades externas à disciplina: estudos, investigações, pesquisas, coleta de dados, produções acadêmicas etc.

¹⁰ Em uma perspectiva interdisciplinar, os professores do período ou módulo deverão elaborar, orientar e avaliar Projetos de estudo e investigação a partir de um tema/eixo comum.

O Projeto de Formação de Professores da PUC Goiás prevê ainda algumas articulações:

1. Primeira Licenciatura – com carga horária mínima de 3.200 horas e duração de, no mínimo, 4 anos.
2. Segunda Licenciatura – com carga horária mínima variável de 800 horas (em três semestres) ou 1.200 horas (em quatro semestres).
3. Formação Pedagógica (FP) ou Aprofundamento da Formação Específica (AFE) para cursos que articulam seus bacharelados e licenciaturas na mesma área¹¹, a exemplo:
 - a) Do Bacharelado para a Licenciatura – 1.200 horas
 - b) Da Licenciatura para o Bacharelado – 800 horas
4. Residência Docente – formação *Lato Sensu*, com carga horária mínima de 360h, compreendendo:
 - a) supervisão de campo em Instituições Públicas ou de Educação Católica conveniadas com a PUC Goiás;
 - b) processo de orientação docente;
 - c) créditos acadêmicos em disciplinas específicas para Residência Docente, mediante a oferta de disciplinas presenciais, semipresenciais e a distância;
 - d) processo de observação, pesquisa, registro, documentação, síntese e elaboração do conhecimento vivenciado na Residência Docente;
 - e) apresentação de um trabalho pedagógico (portfólio, relatório, plano de trabalho) ou elaboração de um artigo científico.

Ainda que a Política de Formação de Professores na PUC Goiás articule Primeira Licenciatura, Segunda Licenciatura e *Lato Sensu* em Residência Docente, o percurso formativo dos ingressantes segue o itinerário de escolha por eles definido:

- ingressar na Primeira Licenciatura e concluí-la;
- concluir a Primeira Licenciatura e fazer a Residência Docente;

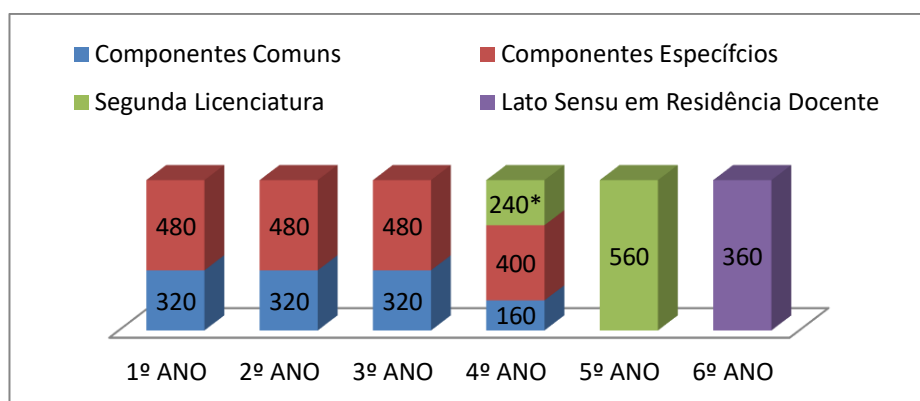
¹¹ Biologia Bacharelado/Biologia Licenciatura, Educação Física Bacharelado/Educação Física Licenciatura, Geografia Bacharelado/Geografia Licenciatura, História Bacharelado/História Licenciatura, Matemática Bacharelado/Matemática Licenciatura, Química Bacharelado/Química Licenciatura e Física Bacharelado/Física Licenciatura

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES DA PUC GOIÁS:
Um projeto político em construção

- concluir a Primeira Licenciatura e ingressar na Segunda Licenciatura;
- concluir a Primeira e a Segunda Licenciaturas e cursar a *Lato Sensu* em Residência Docente.

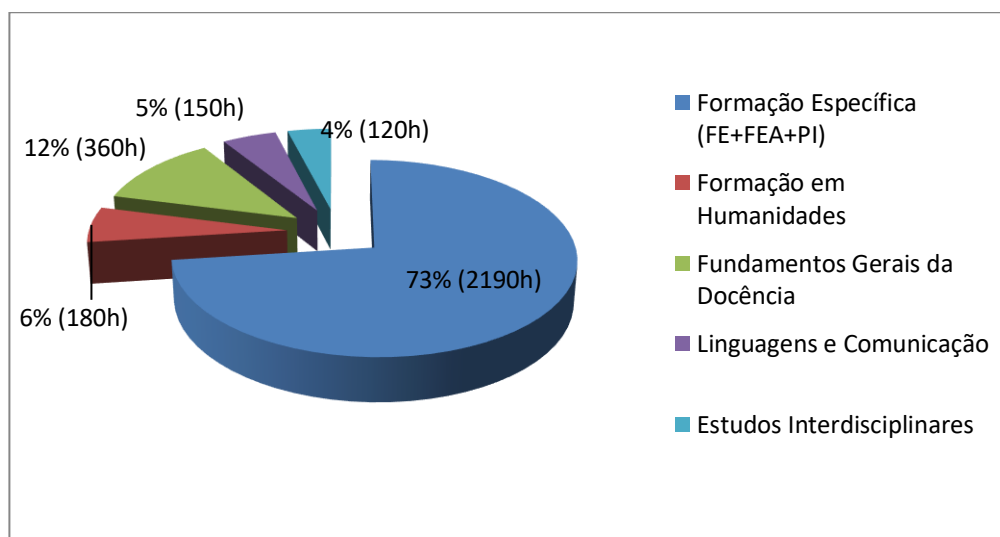
Como representações gráficas da proposta curricular apresentada, seguem as Figuras 1 e 2.

Figura 1: Percursos formativos¹²



Fonte: Projeto Pedagógico da EFPH (2014)

Figura 2: Campos Curriculares Comuns e Específicos nos Projetos de Formação de Professores



Fonte: Projeto Pedagógico da EFPH (2014)

¹² As disciplinas que compõem as 240 horas fazem parte da Formação Específica das 3.200 horas da Primeira Licenciatura e poderão ser aproveitadas na Segunda Licenciatura, a partir dos cursos articulados para comporem as 800 horas da Segunda Licenciatura.

Articulações, práticas e metodologias curriculares

Esta seção objetiva apresentar as articulações, práticas e metodologias curriculares, que se orientam em Formação dos Profissionais da Educação Básica, Prática como Componente Curricular Orientada (PCCP): a experiência do Projeto Integrador (PI), Organização e oferecimento de cursos modulares.

Formação dos profissionais da educação básica

Está previsto no Projeto Pedagógico da EFPH a articulação de diferentes graus (licenciatura, bacharelado e tecnológico) para a formação dos profissionais da Educação Básica. Nesse caso, reafirma-se o compromisso da EFPH em contribuir com outras experiências na solução da dívida histórica com todos os profissionais que fazem o dia a dia das instituições educacionais. Contrária à perspectiva histórica em que esses profissionais são vistos como “funcionários administrativos” e secundarizados nos planos de carreira e profissão, a EFPH reconhece a luta pela formação e valorização deles no campo da Educação como direito público social e da profissão.

É com base nesse pressuposto que o Projeto Pedagógico da EFPH também atende àquilo que apregoa o artigo 1º da Resolução n. 2, de 13 de maio de 2016, quando afirma que

§ 2º As instituições de educação superior devem conceber a formação inicial e continuada dos funcionários da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), considerando as áreas de formação e atuação dos funcionários (Secretaria Escolar, Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e outras reconhecidas pelo CNE), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

A articulação proposta contempla campos, linhas, ênfases e disciplinas da formação oferecida nas licenciaturas e bacharelados da própria EFPH, bem como em cursos afins da PUC Goiás. Da mesma forma, prevê o oferecimento e aproveitamento de parte desses estudos como formação continuada. Esta última realizada por meio de cursos e programas de menor duração.

Prática como componente curricular orientada (PCCO): a experiência do projeto integrador (PI)

Os cursos de licenciatura, bacharelados e tecnólogo da EFPH incorporaram os Projetos Integradores (PI) em suas experiências de trabalho. A composição do PI prevê que 10% da carga horária de todas as disciplinas (excetuando-se aquelas que já possuem uma dimensão prática) sejam destinadas ao desenvolvimento de Atividades Externas da Disciplina (AED), elaboradas coletivamente pelos professores do módulo ou período do curso, e que articulem as experiências de estudo, pesquisa, produção e síntese.

A Prática como Componente Curricular Orientada (PCCO) é outra ação curricular imprescindível nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e considera o sentido ampliado da prática na formação dos egressos dos diferentes cursos. Portanto, a PCCO deve oportunizar a participação em atividades voltadas à pesquisa, à reflexão e à intervenção em situações-problemas na escola ou em outros espaços educativos não formais.

Assim, a prática aqui anunciada é diferente de estágio e de atividades em laboratórios. Por sua natureza epistêmica, já articula teoria e prática e deve propiciar o estudo e a vivência de uma prática pautada na reflexão crítica. Assim, o sentido de prática implica o reconhecimento do exercício da profissão no diálogo com a sociedade, com os diferentes sujeitos do processo formativo e do mundo do trabalho, dos limites e das possibilidades da ação profissional em contextos históricos e sociais, dos espaços públicos e privados nos quais a profissão pode ser exercida, dentre outros. Dessa forma, a PCCO, para além da análise da escola e do processo de ensino-aprendizagem, estende-se aos órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino, às agências educacionais não escolares, às entidades de representação profissional, às famílias e à comunidade. Garante uma formação centrada em um perfil profissional que evidencie autonomia, responsabilidade e compromisso social.

A fim de atender ao que propõe a Resolução 02/2015, a PCCO tem como premissas:

- *processos de orientação acadêmica*, que implicam colaborar com os discentes na compreensão dos objetos de estudo com base em um conjunto de orientações (roteiros, diagnósticos, debates, tutoriais), entre outras, que favoreçam a atividade acadêmica de definição, recorte, coleta de dados, análise, registro e produção

escrita sobre os estudos empreendidos. Portanto, a PCCO é uma atividade orientada e acompanhada pelos docentes;

- *atitude de investigação científica*, que requer dos discentes o desenvolvimento de metodologias de investigação da realidade e das habilidades do pensamento: problematização, análise, comparação, julgamento, inferência, síntese, compreensão, crítica etc. Não se trata aqui de pesquisas científicas, mas, acima de tudo, de oportunizar aos discentes a possibilidade de eles articularem um conjunto de saberes e práticas de investigação que contribuam para o desenvolvimento da atitude científica;
- *atitude do pensamento e da ação interdisciplinar*, que deve orientar a investigação a partir de um eixo ou tema;
- *relação teoria-prática na formação profissional*, que requer rigoroso processo de diálogo com a(s) ciência(s) e com o exercício profissional. Isso implica ter clareza daquilo que é central, procurando conhecer/investigar a prática na formação profissional em cada período/módulo e, ao mesmo tempo, enfrentando o desafio de ter na(s) ciência(s) o rigor com o método de estudo e a reflexão;
- *ampliação da identidade profissional e seus campos de atuação*, que requer verticalidade no reconhecimento do objeto, do campo, da profissão, dos saberes, dos fazeres e da(s) ciência(s) que elucidam a formação profissional;
- *articulação do conhecimento mediante Projetos Integradores*, que objetiva dar unidade temática à PCCO em cada módulo/período/ano, mediante ações educativas que estreitem o vínculo universidade-escola-comunidade.

Organização e oferecimento de cursos modulares

Uma das inovações do Projeto Institucional da PUC Goiás para as licenciaturas, bacharelados e tecnológicos refere-se à oferta de cursos de Graduação em sua configuração modular. Do ponto de vista político, contribui para o enfrentamento da desvalorização social da profissão docente, fato que leva à baixa demanda pelas licenciaturas e, conseqüentemente, o fechamento de cursos. Já do ponto de vista acadêmico, os cursos modulares reconfiguram tempos, espaços e aprendizagens na Universidade.

Em relação ao ingresso, o estudante cursa o módulo ofertado no semestre. Nesse sentido, os módulos integram calouros e veteranos. Para garantir o

processo de aprendizagem dos alunos calouros junto aos veteranos, os cursos organizam estratégias de tutoria, grupos de estudos, cursos propedêuticos, seminários avançados etc. Esse processo permite a aprendizagem colaborativa entre discentes e processos de tutoria entre docentes/discentes e discentes/discentes. Do ponto de vista da organização curricular, o módulo é oferecido em um único semestre e articulado de forma interdisciplinar com os demais. Cada módulo possui o seu eixo a partir do qual derivam as disciplinas. Assim, os estudantes precisam articular os conteúdos daquele eixo temático, visando a desenvolverem habilidades e competências requeridas naquele módulo e inerente à formação.

Em cada módulo, a organização curricular é ordenada, objetivando o trabalho a partir de núcleos/seminários temáticos sistematizados com base em uma perspectiva histórico-social-filosófico-pedagógica, a fim de que o estudante perceba o panorama histórico daquele eixo temático. Essa organização permite o desenvolvimento dos PI.

Em sua lógica curricular, não há pré-requisitos de disciplinas, exceto para a realização dos Estágios e do Trabalho de Conclusão de Curso. Quando essas disciplinas ocorrem, os alunos que nelas estão matriculados se subdividem e têm atendimentos específicos.

Desafios e perspectivas

Por sua natureza dinâmica e processual, o Projeto de Formação de Professores da EFPH não se encerra em si. Ao propor um projeto formativo em que se articulam formação inicial-formação continuada e docência-gestão, o Projeto da EFPH encontra também lugar em um debate muito mais amplo sobre as políticas para formação e valorização dos profissionais da Educação. Se, por um lado, esse cenário revela contextos em que estão evidentes aspectos de uma complexa trama que envolve a proposição e a materialização de políticas, por outro, há que se ressaltar a necessidade de afirmação e proposição de ações que caminhem na contramão de um determinado tipo de política que atribui às universidades e à formação dos professores a responsabilidade pelos entraves da reforma econômica e social do país.

A apreensão dessa discussão pode ser encontrada no discurso pelo qual se impõe aos professores a responsabilidade pelo fracasso e pela ineficiência das reformas e, conseqüentemente, do ensino. Nesse caso, a análise do

fracasso escolar não pode incidir apenas no papel do professor, tampouco condicionar unilateralmente a questão da formação docente à melhoria da qualidade do aprendizado discente. Ao contrário, é preciso compreender as estruturas macrossociais nas quais se inserem a Educação e a sociedade. No conjunto dessas intenções, nota-se o descomprometimento com a formação inicial, a supervalorização de uma política de formação em serviço¹³ (aligeirada) e a inexistência de políticas de valorização dos profissionais da Educação. Em decorrência, percebe-se que o ‘novo nas políticas de formação docente’ são “amiúde velhas tendências remoçadas pelas novas políticas educativas, ou mudanças de ênfase dentro de uma visão dicotômica e binária” (TORRES, 1998, p. 173), onde a correlação entre a má formação docente e a queda da qualidade do ensino são produtos de políticas públicas que insistem em não considerar a Educação como prioridade governamental. É no contraponto dessa lógica que se inscreve o Projeto Pedagógico de Formação de Professores da PUC Goiás. Sua proposição e materialização implica o fortalecimento de uma cultura acadêmica que precisa ser consolidada em torno de princípios, eixos e práticas concernentes a um perfil profissional comprometido com a sólida formação teórica, política e pedagógica.

Assim, o Projeto Pedagógico da EFPH é expressão de um documento ainda em construção e em movimento. Um documento que tem história a partir da Resolução 02/2015, mas que traz consigo toda uma historicidade que o constitui. A proposição da referida Resolução também se configura assim. Ela é fruto de um amplo processo de debate com entidades, universidades, sindicatos, sociedade civil, profissionais da Educação. Dela resulta um Projeto de Formação de Professores expressivo e comprometido com a Educação. O que cabe é o zelo pelo cumprimento daquilo que implica pensar uma Resolução e um Projeto Pedagógico consubstanciados pelas marcas da dialogicidade e da *práxis* educativa humana e transformadora.

¹³ Segundo Collares, Moysés e Geraldi (1999, p. 212), a política de formação continuada de professores tem se tornado uma política de ‘descontinuidade’, pois “caracteriza-se pelo eterno recommear, em que a história é negada, os saberes são desqualificados, o sujeito é assujeitado, porque se concebe a vida como um ‘tempo zero’. O trabalho não ensina, o sujeito não flui, porque antropomorfiza-se o conhecimento e objetiva-se o sujeito”.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A de. A Produção Acadêmica sobre Formação Docente: um estudo comparativo das dissertações e teses dos anos 1990 e 2000. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, Autêntica, v. 1, n. 1, ago./dez. 2009.

BRASIL. **Lei n. 12.014, de 6 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. 2009.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). 1996.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. 4.ed. Campinas: Papirus, 2002.

CNE/CES. **Parecer n. 15, de 2 de fevereiro de 2005**. Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºsns. 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

CNE/CES. **Resolução n. 2, de 13 de maio de 2016**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica.

CNE/CP. **Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada e das Diretrizes Curriculares Específicas dos Cursos de Licenciaturas. 2015.

CNE/CP. **Resolução n. 28, de 02 de outubro de 2001**. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. 2001.

CNE/CP. **Resolução nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

COÊLHO, I. M. Diretrizes curriculares e ensino de graduação. **Estudos**, n. 22, abr. 1998.

COELHO, I.; GUIMARÃES, G. Educação, escola e formação. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 37, n. 2, p. 323-339, jul./dez. 2012.

COLLARES, C. A; MOYSÉS, M. A. A; GERALDI, J. W. Educação continuada: A política da descontinuidade. Formação de profissionais da educação: políticas e tendências. **Educação e Sociedade: Revista Quadrimestral de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes)**, n. 69, 1999.

DOURADO, L. F. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf. Acesso em: jan. 2014.

PUC GOIÁS. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Projeto Pedagógico da Escola de Formação de Professores e Humanidades**. Goiânia, 2014a.

PUC GOIÁS. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Regimento Geral das Escolas: Histórico e regulamentação**. Goiânia: PUC Goiás, 2014b.

TORRES, R. M. Tendências da formação docente nos anos 90. In: WARDE, M. J. IN:

WARDE, M. J. (Org.). **Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas**. II SEMINÁRIO INTERNACIONAL – São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998b.

UCG. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Diretrizes do Programa de Formação de Professores**. Goiânia, 2004.

VALLE, B. de B. R, do. Formação de docentes para o Ensino Superior no Brasil. IN: DIAS, A. M. I; KETZER, S. M. (Orgs.) **Memórias do ForGRAD: 20 anos do Fórum Nacional de Pró Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras – Unidade na diversidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

Recebido em: 30 ago. 2019.
Aprovado em: 22 set. 2019.

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES DA PUC GOIÁS:
Um projeto político em construção

* Romilson Martins Siqueira é professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Curso de Pedagogia da PUC Goiás. Diretor da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC Goiás. Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG), sob a Supervisão do professor Luiz Fernandes Dourado.

e-mail: romilson@pucgoias.edu.br